



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA
PREFEITURA MUNICIPAL

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 12

DATA: 13/12/2021

DECRETO MUNICIPAL Nº 040/2021, SANTA TEREZINHA (PB), 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABSTENÇÃO DE EXECUÇÃO DE GASTO PÚBLICO DIRETO OU INDIRETO (CONCESSÃO DE AJUDA, AUXÍLIO OU TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS), VISANDO PROMOVER/FINANCIAR/CUSTEAR, NO TODO OU EM PARTE, EVENTOS COMO FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO, PRÉVIAS CARNAVALESCAS, CARNAVAIS, SHOWS EM AMBIENTES ABERTOS E FECHADOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA - PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PB, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE FORAM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS, E:

CONSIDERANDO o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo Coronavírus, anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO o surgimento da nova variante denominada Ômicron, classificada como “variante de preocupação” pela Organização Mundial de Saúde, o que pode significar: a) aumento da transmissibilidade ou alteração prejudicial na epidemiologia da Covid-19, b) aumento da virulência ou mudança na apresentação clínica da doença; e ou c)



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA
PREFEITURA MUNICIPAL

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 12

DATA: 13/12/2021

diminuição da eficácia das medidas sociais e de saúde pública ou diagnósticos, vacinas e terapias disponíveis;

CONSIDERANDO que a OMS acaba de lançar alerta para a situação preocupante na Europa, que poderá perder mais de meio milhão de vidas até fevereiro de 2022.

CONSIDERANDO que não é possível excluir a possibilidade da recrudescer, nos próximos meses e durante o ano de 2022, ocasionando aumento de casos e óbitos, semelhantemente ao que acontece em outros países;

CONSIDERANDO que nos termos do Decreto Estadual nº 41 806, de 3 de novembro de 2021, o Governador do Estado decretou Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado da Paraíba por 180 dias decorrente de desastre natural classificado como grupo biológico epidemia e tipo doenças Infeciosas virais (COVID-19) – COBRADE 1.5.1.0;

CONSIDERANDO, ainda, que entre os fundamentos para decretação do Estado de Calamidade em todo o território paraibano, está a necessidade de promover ações de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação frente à pandemia do novo coronavírus causador da doença denominada COVID- 19;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 022/2021, referente ao Procedimento Administrativo nº 1.24.0000.001430/2021-94, expedida pelo Ministério Público Federal, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, datada de 03/12/21,

DECRETA:

Art. 1º. Fica proibida a execução de gasto público direto ou indireto (concessão de ajudas, auxílio ou transferência de recursos públicos), que visem promover as realizações de eventos ou festividades de final de ano, prévias carnavalescas, carnavais, shows em ambientes fechados ou abertos, pelo prazo de **90 (noventa)** dias ou enquanto durar o Estado de Calamidade Pública, no âmbito do Município de Santa Terezinha.



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA
PREFEITURA MUNICIPAL

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 12

DATA: 13/12/2021

Parágrafo Único: nos termos deste Decreto, considera-se promoção indireta, o custeio, por parte do Município de Santa Terezinha, portanto, não podendo ser custeado com recursos públicos, o patrocínio, a propaganda ou publicidade de quaisquer eventos festivos previstos no caput deste artigo, pelo prazo de **90 (noventa)** dias ou enquanto durar o Estado de Calamidade Pública.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando disposições em contrário, podendo ser prorrogado ou novas medidas serem impostas, conforme avaliação temporal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA (PB), 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

JOSÉ DE ARIMATEIA NUNES CAMBOIM
PREFEITO CONSTITUCIONAL